

**ATA DE REUNIÃO**

**1ª Reunião Ordinária da nova composição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí – CBH JQ2**

Aos nove dias do mês de novembro de 2018, às nove horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí (CBH – JQ2), no Clube Florae, localizado no Município de Itamarandiba / MG.

A Presidente do Comitê, Bruna de Souza Otoni proferiu a abertura da reunião agradecendo o comparecimento de todos os membros presentes.

Em seguida, os Conselheiros, a pedido da Presidente, fizeram breve apresentação pessoal e dos segmentos por eles representados.

Os representantes da COPASA e da Prefeitura Municipal de Itamarandiba destacaram a importância do Comitê como fórum de discussões, na formulação de políticas públicas e no auxílio aos municípios em ações visando o incremento para a produção de água na Bacia.

Dando continuidade à Pauta foi realizada a leitura das Atas das reuniões ordinárias anteriores.

Proferiu a leitura, da primeira Ata em discussão, o Conselheiro representante do CREA / MG. Colocada em discussão, foi aprovada com ressalva relativa à necessidade de correção dos nomes de alguns Conselheiros.

Foi feita a leitura de uma segunda Ata de reunião, ocorrida em 10/10/2017. Proferiu a leitura a Conselheira Cléa Amorim. Colocada em discussão foi aprovada com a seguinte ressalva: A Conselheira Fabiana, representante da Prefeitura Municipal de Felício dos Santos, questionou a ausência de registro na Ata de alguns Conselheiros, sendo eles os representantes das Prefeituras Municipais de Felício dos Santos e José Gonçalves de Minas.

Dando prosseguimento a Pauta, colocado o plenário aberto para manifestações, a Conselheira Cléa Amorim colocou em discussão o Programa Cultivando Água Boa no qual o Comitê demonstrou interesse na sua participação, porém, alertou que não houve iniciativas a fim de se efetivar tal participação.

O Conselheiro representante da SEAPA destacou os ajustes no PPAG, mediante intervenção da ONG SOS Fanado, que culminou com a elevação do orçamento de R\$ 1.000.000,00 para R\$ 3.000.000,00 para aplicação, principalmente, em projetos de perenização de águas. Destacou ainda a importância do Comitê no incentivo a elaboração de Projetos visando a produção de estudos técnicos de viabilidade dos barramentos e, com isto, de forma preventiva, se evitar o desperdício de recursos.

Adentando ao item 3 da Pauta, a Presidente informou quanto às demandas de fiscalização ambiental provocadas junto a SUPRAM, mais especificamente quanto à atuação da COPANOR e extração de areia no leito do Rio Araçuaí. Informou que a demanda oferecida a SUPRAM no ano de 2017 em relação a COPANOR já gerou resultados, tendo sido deflagradas ações de fiscalizações, no ano de 2018 junto aos empreendimentos sob responsabilidade da COPANOR, com os seguintes resultados registrados em Relatórios de Vistorias: dificuldades de acesso às equipes de fiscalização aos locais onde se localizam as estruturas/equipamentos de medições/monitoramento da qualidade da água do Rio Araçuaí; quanto às inconformidades constatadas na área urbana do município de Araçuaí, mais especificamente quanto à constatação de deficiências nos processos de tratamento de água e de efluentes, a equipe da SUPRAM produziu uma Notificação para fins de consubstanciar providências administrativas.

Neste contexto, a Presidente do Comitê proferiu os seguintes informes: esteve em reunião na Sede da COPANOR em Belo Horizonte com o objetivo de cobrar os necessários ajustes de atuação da Companhia; informou também que as ações junto a COPANOR em Araçuaí, culminaram com a implantação de um laboratório para análises para fins de monitoramento da qualidade das águas, com a expectativa que tal resultado venha se estender para todos os municípios onde a COPANOR tem atuação; informou ainda que continuará atuando, no sentido de provocar o Ministério Público, além dos demais órgãos de controle, visando a continuidade das ações de fiscalizações na Bacia.

Ações de fiscalizações na atividade de extração de areia: a equipe da SUPRAM, também motivada por denúncia do Comitê, fiscalizou uma draga de extração de ouro e areia no leito do Rio Araçuaí, com as seguintes constatações registradas em Auto de Fiscalização: a draga estava em operação munida de uma Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF, porém, em área diversa àquela a que se refere o Processo de Licenciamento (AAF e Outorga); verificou-se a deposição de areia na margem do rio, em Área de Preservação Permanente; não foi verificada a instalação de estruturas de mitigação de impactos ambientais, em especial quanto a implantação de bacia de contenção de rejeitos, ou seja, a atividade vistoriada não estava devidamente regularizada, tendo sido tomadas as medidas administrativas previstas no Decreto Estadual Nº 44.844/2008. A Conselheira Cléa relatou que após a ação de fiscalização pela SUPRAM houve a interrupção da atividade de extração com conseqüente melhoria na qualidade da água. Porém, a atividade logo foi retomada e, novamente se verificou o comprometimento da qualidade do recurso hídrico. Concluiu a Conselheira que a dinâmica das ações de fiscalização pelos órgãos de controle serão inócuas, enquanto não se desenvolverem de forma ordinária e sistemática. O próximo item de Pauta tratou da qualidade da água, a montante e a jusante da Barragem de Setúbal. Foi resgatado e dado conhecimento a todos, que o Comitê ofereceu denúncia da problemática ao Ministério Público que instaurou um Inquérito Civil para apuração dos reflexos da construção da barragem na qualidade das águas do Rio Setúbal. O Conselheiro representante da SEAPA demonstrou preocupação quanto aos desdobramentos das ações de fiscalização na oferta de areia para construção civil, em especial aquela desenvolvida por pequenos extratores, tendo em vista que desconhece sistemas de mitigação de impactos ambientais economicamente viável a eles, capazes de devolverem ou manterem a qualidade ambiental das águas do Rio Setúbal.

O próximo item de Pauta tratou da proposta da logomarca do Comitê. Após algumas críticas e sugestões, a Conselheira representante da UFVJM se colocou à disposição para coordenar, em conjunto com alunos da Universidade, na elaboração de uma nova proposta para ser apresentada por ocasião da próxima reunião do Comitê e posterior deliberação pelo IGAM.

No item de Pauta seguinte foi apresentado por servidor da COPASA, palestra sobre o Programa Pro Mananciais. Esclareceu o servidor que o Programa foi espelhado no Projeto Cultivando Água Boa, implantado pela Itaipú Binacional. Foi esclarecido, tendo em vista que o negócio da Empresa ser a geração de energia hidroelétrica, que o Projeto foi implantado segundo as seguintes premissas: A Empresa necessita de água em quantidade e qualidade; Para tanto precisa proteger os cursos d'água; Para tanto depende da manutenção da qualidade ambiental das áreas de recarga hídrica mediante a sensibilização dos atores envolvidos neste objetivo, quais sejam, as Prefeituras Municipais, os Produtores Rurais e as demais Empresas. Esclareceu que o Programa Pro Mananciais foi implantado pela COPASA de Diamantina em dez municípios, com priorização de ações a montante das estruturas de captação de água pela COPASA. Informou que tais ações procuram promover uma gestão sistemática, que implica em ampla participação comunitária, em especial pelas populações ribeirinhas. Tem como

objetivo geral proteger e recuperar as micro bacias, mediante: educação ambiental e mobilização. Esclareceu ainda que os critérios de escolha dos mananciais para implantação do Programa são: escassez hídrica, população abastecida, presença de iniciativas de recuperação já implantadas, condição da qualidade da água a ser captada, situação geral de conservação da micro bacia, dentre outros critérios. Também compõe o escopo do Programa as chamadas “Colmeias”, que são núcleos formados por participantes comunitários que atuam diretamente na implantação do Projeto, mediante: participação em oficinas, disseminação das premissas do “Pacto das Águas”. A fim de alcançar seu objetivo, o Programa trabalha com um “cardápio” de ações, tais como: treinamentos, cercamentos de nascentes, recomposição de áreas de recarga, adequação de estradas, instalação de fossas, cisternas e bacias de contenção de águas pluviais (barraginhas), dentre outras. O servidor finalizou sua apresentação informando os resultados do Programa no ano de 2018, que alcançou o cercamento de 17.000 metros ao redor de nascentes, além do plantio de 13.500 mudas de espécies nativas diversas.

O Conselheiro representante titular do CAV tomou a palavra manifestando que não basta criar Programas e Projetos, mas sim, e mais do que isto, cabe ao Comitê estimular a cultura da adoção dos “saberes populares”, de se replicar no território iniciativas exitórias já implantadas, além do estímulo à integração entre os entes para efetivamente alcançarmos o objetivo primordial da sustentabilidade e da melhoria ambiental e social do território.

A Conselheira representante titular da Prefeitura Municipal de Felício dos Santos reforçou as ponderações do representante do CAV, no sentido que seja pauta ordinária do Comitê a integração das ações individuais em prol do meio ambiente desenvolvida pelos diversos segmentos que compõem o Comitê.

O Conselheiro representante da Prefeitura Municipal de Itamarandiba tomou a palavra, momento no qual denunciou a ocorrência de atividades degradadoras do Rio Itamarandiba, mediante sua drenagem para fins de implantação de áreas para agricultura, com reflexos de curto prazo na recarga hídrica, na manutenção da qualidade e quantidade de água nos mananciais de abastecimento e da própria sobrevivência do Rio Itamarandiba. Aproveitou o relato para fazer uma veemente crítica e apelo ao servidor da COPASA, no sentido de incluir o município no Programa Pro Mananciais.

Em seguida tomou a palavra o Conselheiro representante do CREA, ponderando, dada a complexidade das demandas ambientais afetas a Bacia do Rio Araçuaí, no sentido de que seja aumentado o tempo e o número de reuniões do Comitê. A Conselheira Clea lembrou que na sua gestão à frente da Presidência do Comitê, esta reivindicação foi tentada, porém, sem sucesso, em razão de impedimentos e restrições alegadas pelos membros.

O próximo item da Pauta tratou exclusivamente da Barragem do Setúbal, tendo em vista reiterados questionamentos das populações, atribuindo à Barragem, o comprometimento da qualidade ambiental das águas do Rio Setúbal a jusante da Barragem e, conseqüente comprometimento da qualidade ambiental do Rio Araçuaí. A fim de debater o tema foi convidado a participar da reunião do Comitê o servidor Júlio, da Divisão de Engenharia da SEAPA. O servidor iniciou sua fala criticando o Governo em razão de não haver políticas de Estado para aplicação de recursos na perenização de águas, cujos reservatórios realmente cumprirão sua função social, ou seja, não há planejamento estratégico para aplicação dos recursos. Detalhou quanto às características físicas do barramento, rotinas de monitoramento, em especial quanto à sua estabilidade e manutenção de cota padrão. Informou ainda quanto ao quadro de pessoal disponível para as diversas operações afetas ao funcionamento do barramento e do reservatório. Quanto à questão central, ou seja, o conflito instalado do comprometimento das águas do Rio

## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAÇUAÍ – JO2

Setúbal a jusante da Barragem, argumentou o técnico que o aspecto escurecido das águas, tanto no reservatório como do Rio a jusante, se deve ao tipo de argila que ocorre na área. Explicou que a argila é do tipo monolítica que associada as águas acidas do Rio, provocam uma reação físico química que impede sua decantação, ou seja, o aspecto escurecido se deve ao fato da argila carregada permanecer em suspensão. Argumentou também que a turbidez a jusante se deve também a extração intensiva de areia e pela ausência de vegetação ciliar ao longo das margens do Rio, tanto a montante, como a jusante. Afirmou, por fim, que mediante consultas junto a COPASA em Jenipapo de Minas, que a presença da argila em suspensão não é complicador para o adequado tratamento das águas.

Neste momento tomou a palavra o Prefeito Municipal de Jenipapo de Minas questionando o técnico da SEAPA se há alguma solução ou providência para reversão das características das águas, tanto do reservatório, como do Rio Setúbal a jusante, no sentido de promover a melhoria de sua qualidade. Argumentou o técnico, na sua opinião, que a única medida seria a promoção da alcalinização das águas do Rio, medida de difícil implementação e de custo impraticável. Argumentou ainda que a mitigação dos impactos passa necessariamente por uma mudança comportamental das populações em prol do meio ambiente, em especial, mediante a adoção de práticas que leve ao uso racional dos recursos naturais.

Em seguida tomou a palavra a Presidente do Comitê sugerindo que, dada a complexidade do problema, seja criado um Grupo de Trabalho para discussões técnicas e de convergência para a implantação de medidas mitigadoras quanto aos impactos sobre a qualidade das águas do Rio Setúbal. Para tanto, provocou que o Grupo de Trabalho conte com a participação, no mínimo de representantes do CREA, UFVJM, Prefeitura Municipal de Jenipapo de Minas e da SEAPA.

O último item de Pauta tratou da consolidação da Agenda de Reuniões do Comitê no ano de 2019. Porém, tendo em vista, naquele momento da reunião, a dispersão dos membros, a Presidente estabeleceu a Agenda somente para a 1ª Reunião em 2019, que ocorrerá nos dias 21 e 22/02 no Município de Felício dos Santos, com previsão da realização de uma visita técnica nas nascentes do Rio Araçuaí.

Nada a mais a declarar eu Sílvia Henrique Cruz de Vilhena, Secretária Executiva, lavrei esta ATA que é assinada e aprovada por mim e demais conselheiros.

### **APROVAÇÃO DA ATA**

Sra. Bruna de Souza Otoni  
Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí.